

URBANIZAÇÃO PARA FINS TURÍSTICOS, COMUNIDADE TRADICIONAL E CONFLITO SOCIO-AMBIENTAL; GALDINÓPOLIS-NOVA FRIBURGO-RJ EM QUESTÃO

Renata Brum de Castro¹
Désirée Guichard²

Sessão Temática 3 (ST 3)

¹ - Aluna de graduação em Licenciatura Plena em Geografia da pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

² - Professora Assistente do Departamento de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

URBANIZAÇÃO PARA FINS TURÍSTICOS, COMUNIDADE TRADICIONAL E CONFLITO SOCIO-AMBIENTAL; GALDINÓPOLIS-NOVA FRIBURGO-RJ EM QUESTÃO

Resumo:

Este trabalho tem por objetivo analisar os impactos decorrentes do processo de urbanização no espaço de Galdinópolis, um povoado rural de Nova Friburgo. A criação da Área de Proteção Ambiental - APA Estadual de Macaé de Cima e o incentivo ao turismo na região rural do município de Nova Friburgo são elementos centrais deste fenômeno. Os moradores estão sendo cerceados por órgãos ambientais a adotarem novas atividades rurais ou a abandonarem a agricultura que praticam há mais de um século. Os que não possuem condição financeira para se adequarem às novas leis ambientais vendem suas terras a preço baixo e vão para a cidade em busca de trabalho. Essas áreas ganham novos usos por incorporadores imobiliários urbanos, como os chalés e sítios voltados ao lazer. Com a implantação da APA Estadual, que foi criada com o discurso técnico de preservação ambiental, acaba por atender principalmente aos anseios dos turistas e novos donos das terras. Foram criadas dificuldades para a prática da agricultura e, por isso inaugura um conflito sócio-ambiental em decorrência da disputa de uso na área. Os interesses dos diferentes agentes são contrários e a penetração dos valores e capitais de origem urbana transformam radicalmente a localidade. Este fato ilustra o que Arlete Moyses Rodrigues (2004) indica com uma tendência geral onde “a atividade turística altera a dinâmica do uso da terra rural, transformando-a em urbana mesmo quando se fala em turismo rural, ecológico (...). Reorganiza o território, pois para ser “atrativa” precisa contar com serviços típicos da economia urbana em áreas rurais, mesmo sem constituir uma cidade”.

1. Atividades turísticas no espaço rural

O turismo tem se tornado uma atividade necessária aos que vivem nas grandes cidades, pois muitos que o praticam tentam buscar em outras localidades bem estar e revigorar suas energias para continuar a vida seu lugar de origem aonde a violência, poluição e o desconforto dos apartamentos cada vez menores levam ao “stress”. Contudo, nota-se que o “modelo sol e praia” tem sido substituídos pelas serras e, sobretudo, em suas áreas rurais pelos que buscam tranquilidade.

Conforme Caroline Natal (2008, p. 113):

Assim, a emergência destas novas procuras é largamente baseada num quadro de representações dos urbanos, em particular desses grupos sociais mais elevados, sobre os campos e a natureza. É a crença generalizada que a paisagem rural, a natureza com o seu verdor e beleza “intocados”, a paz e o silêncio, a tranquilidade, a vida bucólica e idílica longe do mundo artificial, a comida natural e saudável, o lazer e a socialização, compõem os ingredientes do imaginário rural.

Dentre as atividades que se estabelecem no espaço rural, podemos destacar turismo ecológico, turismo verde, turismo cultural, turismo esportivo, agroturismo e turismo de aventura. Neste trabalho chamamos de turismo rural todas as atividades supracitadas.

Para RODRIGUES (2003, p. 101):

O turismo rural é modalidade de turismo relativamente nova no Brasil quando comparada a outras modalidades, tais como o “modelo sol e praia” e o “ecoturismo”. Não existem marcos precisos para datar o início dessa atividade no país, dada a sua grande extensão geográfica.

Para muitos autores, o Turismo Rural pode ser considerado como uma atividade capaz de melhorar os rendimentos de proprietários rurais e valorizar os modos de vida tradicionais, a ruralidade e o contato harmonioso com o ambiente natural. Também concordam com essa visão ACHER & COOPER (2001, p.88) quando dizem que:

Em lugares onde grande parte da população vive da agricultura de subsistência ou são pescadores, e quando se envolvem na indústria

do turismo sua renda familiar sofre um acréscimo bastante grande em termos relativos. O crescimento do turismo em tais áreas pode fornecer também um incentivo monetário para a continuidade de muitos artesanatos artísticos locais, ao passo que os hotéis para turistas criam um mercado para a produção local.

Entretanto, quanto ao discurso do turismo em diferentes modalidades, CORIOLANO (2006, p. 372) diz que:

O discurso sobre o turismo é situado como opção para o desenvolvimento dos países, estados e municípios. Mas, na prática, é uma super-estimação de seu desempenho, criando falsas expectativas, sem possibilidades de solução aos problemas sociais e ambientais existentes. Pois não desenvolveu as regiões pobres, nem distribuiu a riqueza do país, além de não consolidar territórios, apenas organizar outros.

Ainda quanto ao turismo rural, segundo CAVACO (1999, p. 112):

Nos últimos decênios, a procura turística dos espaços rurais conheceu novas mudanças e diversificações, pela sua redescoberta por parte das classes média alta e alta das sociedades urbanas, sem raízes rurais fortes e sem filiação aos espaços visitados. Pois essas sociedades urbanas fogem aos ambientes do cimento e da poluição química e sonora e escolhem as cores, os cheiros e os sons de outras paisagens e as histórias de outra gente, gente com os seus valores, cultura e experiências da vida e gente simples, humilde, espontânea, acolhedora, atenta, disponível, com outro tempo e outros ritmos.

Por outro lado, tais práticas realizadas em áreas rurais com comunidades tradicionais promovem mudanças, em virtude da grande vulnerabilidade das suas práticas se sustentarem em relações distintas daquelas dos que chegam a estes locais.

O turismo nas áreas rurais é, na verdade, a penetração do uso urbano, com seus vários elementos. Trata-se de um serviço onde a sua realização é portadora de pessoas, valores, práticas, hábitos, desejos e demandas por estrutura de origem urbana. Muitas vezes, a paisagem rural dos sítios de lazer tem uma imagem ou aparência campestre, mas, de fato, se refere a um tipo de uso do território essencialmente urbano. Esta influência repercute na entrada de novas idéias, como o consumismo, o uso contemplativo da natureza e as noções de preservação ambiental, que freqüentemente entram em choque com a visão dos moradores tradicionais locais. Freitas (2002) também concorda com essa visão quando diz que “no momento em que o indivíduo urbano entra

em contato direto como meio rural, traz com ele suas práticas, objetos e hábitos, que passam a compor a paisagem local” (p. 93).

TUAN (1980) afirma que apesar do turismo possuir uma utilidade social ao beneficiar a economia, a atividade não estimula necessariamente relações harmônicas entre o ser humano e o meio natural. A interação entre turistas e população local pode levar ao estabelecimento de conflito, pois cada um desses grupos tem forma diferenciada de entender e usar a natureza e, também, de entender desenvolvimento sustentável.

Tal conflito pode ser justificado pelo que diz PETERSON (1999), pois, para ele, as diferentes maneiras como os seres humanos compreendem e valorizam a natureza estão profundamente influenciadas por seus contextos culturais e as formas de compreender a natureza e as relações estabelecidas com o mundo não-humano diferem amplamente entre culturas e momentos históricos, e mesmo indivíduos dentro da mesma cultura interpretam o conceito de natureza de formas radicalmente divergentes.

Além disso, em estudos realizados por Luzia Neide Coriolano (2006) a respeito do turismo como beneficiador da economia dos lugares em que se realiza, ela nos diz que:

As práticas da sociedade civil organizada e das comunidades tomaram duas direções distintas: daqueles que não acreditando no turismo, por acharem superestimadas as possibilidades de extraordinários ganhos pelo setor, e dos que acreditaram e buscaram-no como perspectiva de desenvolvimento e solução para o lugar. Mas o que se constatou foi que o turismo não é diferente de nenhuma atividade capitalista, não é maldição nem benção, é resultado das práticas políticas dos discursos hegemônicos e dos de resistência.

No que tange as transformações no espaço que ocorrem em virtude da atividade do turismo, CORIOLANO (2006, p. 368) diz que:

O turismo, uma atividade produtiva moderna, reproduz a organização desigual e combinada dos territórios capitalistas, sendo absorvido com maneiras diferenciadas pelas culturas e modos de produção locais.

Além disso, a autora nos revela a transformação do espaço geográfico ocasionada pelo turismo como modalidade de acumulação que visa ao lucro e a distribuição injusta da riqueza quando diz:

O turismo é uma das mais novas modalidades do processo de acumulação, que vem produzindo novas configurações geográficas e materializando o espaço de forma contraditória, pela ação do Estado, das empresas, dos residentes, e dos turistas. Compreender essa dinâmica significa entender as relações produtivas do espaço e o exercício de poder do Estado, das classes empresariais e trabalhadoras em movimentos e conflitos. O turismo para se reproduzir, segue a lógica do capital, quando poucos se apropriam dos espaços e dos recursos neles contidos apresentando-os como atrativos transformados em mercadorias (CARIOLANO, 2006, p. 368).

A lógica do capital que penetra o meio rural quando inserido na atividade turística promovida pelo Estado a fim de financiar determinado seguimento do mercado transforma a terra em mercadoria e “desvaloriza o uso pela troca” CARIOLANO (2006). Isso também foi constatado por Arlete Rodrigues (2004, p. 92) quando diz:

A atividade turística altera a dinâmica do uso da terra rural, transformando-a em urbana mesmo quando se fala em turismo rural, ecológico (...). Reorganiza o território, pois para ser “atrativa” precisa contar com serviços típicos da economia urbana em áreas rurais, mesmo sem constituir uma cidade.

Natal (2008, p. 113) também concorda com isso quando diz:

Observa-se, então, uma construção urbana do campo onde as representações sobre o rural e o urbano deixam de ser elaborados a partir de categorias opostas (atrasado/moderno); baseadas, sobretudo, no âmbito econômico, principalmente em valores e representações de cunho ambiental e cultural.

Com a penetração da lógica do capital no espaço rural podemos constatar que nesse local as relações de trabalho são alteradas e o modo de vida da população que o habita será também alterado para além das práticas agrícolas, equiparando-se ao modo de vida urbano dominado pela lógica capitalista. Tal afirmação se baseia no conceito de urbano proposto do Arlete Rodrigues (2004, p. 79) quando diz:

O urbano resultado do processo de industrialização/urbanização deve ser caracterizado como modo de vida que atinge tanto áreas rurais como as urbanas. Assim, em que pese que uma parte da população brasileira exerce atividades primárias, que reside em áreas rurais, o Brasil é um país urbano. As atividades rurais vinculam-se, cada vez mais, com as indústrias, o comércio e os serviços e com a financeirização. O urbano extrapola limites de

idades, como é possível verificar, em especial, no agronegócio e nas atividades turísticas, nos fluxos e redes estabelecidas entre as áreas urbanas e entre estas e as rurais.

Retomando a atividade turística, segundo CORIOLANO (2006, p. 371), outra problemática desse tema é que:

Produz contradição ao se propor ao desenvolvimento local, preservar lugares e proteger as culturas, obtendo ao contrário, a transformação do espaço em mercadoria, massificação das culturas, atendendo as necessidades dos que vem de fora em detrimento dos que ali habitam.

Nessa mesma linha de pensamento, discorreremos abaixo sobre a criação de Área de Proteção Ambiental e suas conseqüências para as comunidades que a habitam há anos e praticam suas atividades econômicas quando a sua criação tem por objetivo as atividades de lazer para as populações urbanas.

2. Criação da APA

A Política Nacional de Meio Ambiente (Lei 6938/81) e a Constituição Federal de 1988 estabeleceram, dentre outros instrumentos, a criação de espaços territoriais protegidos pelo poder público para garantir sua diversidade biológica e seus recursos naturais e culturais. O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei 9985/2000- SNUC) definiu um conjunto de diferentes categorias de unidades de conservação que representam amostras significativas das várias populações, habitats e ecossistemas presentes no país.

De acordo com DIEGUES (2000), as Unidades de Conservação da Natureza foram criadas a partir da segunda metade do século XIX, fortemente influenciadas pelo imaginário dos intelectuais românticos ocidentais, que por sua vez tinham na representação do mundo natural a projeção do que restava de “natureza selvagem, lugar da descoberta da alma humana, do imaginário do paraíso perdido” (p. 24).

Dentre as unidades de conservação de uso sustentável, encontram-se as áreas de proteção ambiental (APAs), que foram criadas com o intuito de conservar a natureza e promover a qualidade de vida da população. Seu maior desafio é compatibilizar seus objetivos com as atividades econômicas do local. O fato de, nestas APAs, serem mantidas as atividades produtivas pode levar a conflitos de uso se não houver diálogo e participação dos diferentes atores

sociais envolvidos, na busca por novas práticas econômicas adequadas à realidade da unidade de conservação (HOEFFEL; MACHADO; FADINI, 2005).

De acordo com Souza & Costa (2003, p. 238):

No Brasil, por exemplo, a história tem mostrado que são frágeis os critérios para a implantação deste tipo de “espaço natural”. A legislação se contradiz em diferentes propostas de uso do solo, o que reflete disputas ideológicas e conflitos de interesses. Mais que a integridade dos ecossistemas, a possibilidade de oferecer lazer as populações urbanas e interesses políticos têm orientado a criação e administração deste tipo de reserva.

A APA estadual de Macaé de Cima foi instituída em 2001 pelo governador Anthony Garotinho, devido às pressões de alguns moradores recém chegados às localidades de Rio Bonito e Macaé de Cima e foram apoiados por órgãos ambientais estaduais e orientados por interesses “preservacionistas”. Esta *Área de Proteção Ambiental Estadual de Macaé de Cima*³ abrange toda a região hidrográfica do Alto Macaé, nos municípios de Nova Friburgo e Casimiro de Abreu (mapa 1), na região centro-norte do estado do Rio de Janeiro e, além disso, está inserida num grande corredor ecológico de Unidades de Conservação estaduais e federais (figura 1). Para os moradores da área em que foi criada a APA, esse processo ocorreu de forma “autoritária”, sem participação nem conhecimento das comunidades locais. Esse fato acirrou o conflito entre os interesses dos “de fora” e os “locais”, segundo a classificação dos moradores tradicionais, pois os “locais” não querem reconhecer os interesses dos “de fora” e vice-versa. Desde a criação da APA sua gestão esteve confiada a Fundação Estadual de Engenharia e Meio Ambiente (FEEMA)⁴, porém o início do processo de implantação e gestão só ocorreu com o Decreto 38. 234 de 2005 que estabeleceu a composição do Conselho Consultivo da APA e foram criadas as Câmaras técnicas e do Conselho Gestor. As Câmaras Técnicas da APA de Macaé de Cima, bem como as vagas do Conselho Gestor foram em sua maioria destinadas as Organizações Não-Governamentais, excluindo a participação da população tradicional garantida pelo SNUC. Boa parte dos moradores da APA só passou

³ Essa unidade de conservação foi criada pelo decreto estadual nº. 29.213 em 14 de setembro de 2001.

⁴ Neste ano, 2009, os órgãos estaduais FEEMA, IEF e SERLA foram unificados no Instituto Estadual do Ambiente – INEA.

Brasil assistia a um enorme crescimento das fazendas de café, que se expandiram por toda a região do Vale do rio Paraíba do Sul (MARAFON, 2005). Mas o clima frio e o relevo acidentado do Alto da Serra tornaram a cultivo do café inadequado para a região de Nova Friburgo, que acabou por desenvolver uma agricultura mais diversificada, marcada por seu caráter familiar, pelas pequenas propriedades e pela diversidade na produção. Os saberes locais, historicamente construídos por essas populações locais, estavam fundamentados em duas técnicas principais de se cultivar a terra e evitar o desgaste do solo e o aumento do processo erosivo: o *pousio*⁵ e a rotação de culturas.

Lumiar e São Pedro da Serra constituem respectivamente as sedes do 5º e 7º distritos de Nova Friburgo (figura 2). São locais significativamente marcados por estas atividades agrícolas e, hoje, dividem espaço com as atividades turísticas.

Em Natal (2008, p. 123) temos que:

Em Nova Friburgo, o turismo também se encontra em expansão, principalmente nos distritos de Lumiar e São Pedro da Serra, aonde o ecoturismo e o turismo rural vêm se estabelecendo, em virtude do desenvolvimento das redes de comunicações e do crescimento urbano desenfreado que a leva à valorização dos campos e da natureza. Esta valorização está ligada com preocupações de qualidade e segurança, marcadas por sentimentos de nostalgia, por um certo sentimento “retro”.

Além do desenvolvimento das redes de comunicações e do crescimento urbano, NATAL (2001, p.182) diz que “com a atividade turística no distrito sede de Nova Friburgo há doze anos estagnada, a presente Prefeitura de Nova Friburgo tem incentivado o turismo em seus outros distritos, como por exemplo, o circuito eco-rural e gastronômico de São Pedro da Serra” e Lumiar. Tal incentivo “foi inaugurado no ano de 2001, através de placas indicando os pontos turísticos e de um levantamento turístico em São Pedro” (Natal, 2001, p. 182). Isso nos leva a crer que a criação da APA, em 2001, tenha visado à proteção ambiental, para favorecer, sobretudo, as atividades de lazer e turismo.

Quanto a região de Lumiar e São Pedro da Serra, em FREITAS (2002, p. 88), tem-se que:

⁵ Prática que prevê a interrupção de atividades ou usos agrícolas, pecuários ou silviculturais do solo por até 10 (dez) anos para possibilitar a recuperação de sua fertilidade. Fonte: Lei n.º 11.428, de 22 de dezembro de 2006. Título I, Capítulo I, art. 3, inciso III.

veraneio/turismo, têm diminuído sua área agrícola devido principalmente à construção de casas para aluguel. Observa-se também uma “invasão”, por apropriação ou compra, de áreas com cotas altimétricas mais elevadas (meia-encosta) para fins especulativos, em especial por pessoas de baixa renda, como alternativa às áreas agrícolas que se perdem para a atividade turística (p. 89).

Segundo Teixeira (1998, p. 82, apud Natal (2008)), desde o primeiro semestre de 1990, sobretudo nos municípios de Petrópolis, Teresópolis e Nova Friburgo, as habitações de lazer e veraneio vêm ocupando progressivamente áreas agrícolas, implicando mudanças do uso do solo. “Alguns agricultores encontram uma maior diversificação de oportunidades de trabalho, temporário ou permanente, advindas dos serviços ligados ao turismo, ou proliferação de novas atividades produtivas”.

Neste contexto encontra-se Galdinópolis, localidade do distrito de Lumiar, que recentemente tem sido descoberta como uma área de potencial turístico (figura 3) devido a sua beleza cênica e bucólica, por possuir os atrativos do espaço rural que os urbanos procuram para o seu lazer e se opor ao artificialismo das cidades e proximidade com outras áreas como: Rio Bonito e Macaé de Cima, que, hoje, possuem uma atividade turística bem estabelecida.

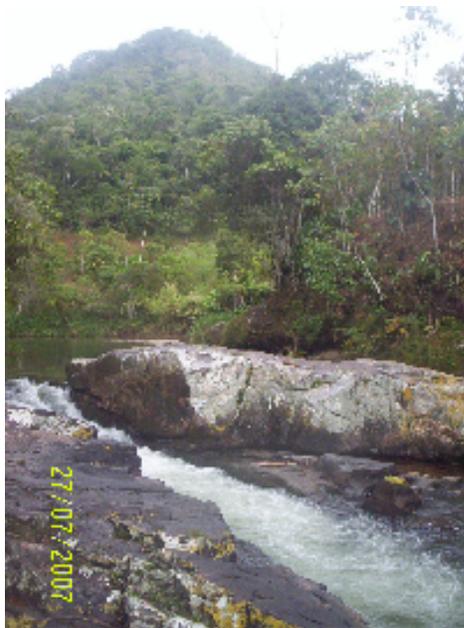


Figura 3: Cachoeira em Galdinópolis. Foto: Otávio Rocha Leão, 2007.

Assim como Lumiar e São Pedro da Serra, Galdinópolis apresenta um forte cunho agricultor baseado no pousio e rotação de cultura. Esses manejos agrícolas da região foram historicamente transferidos por gerações, caracterizando a pequena agricultura local, com produção significativa de inhame, aipim, banana, feijão, entre outras pequenas culturas (Figura 4).



Figura3: lavoura de inhame em Galdinópolis. Foto: Gripp , 2009.

Pela declividade acentuada da região, a rotação de culturas e o pousio foram as maneiras encontradas pelos agricultores locais para evitar o desgaste demasiado e o empobrecimento do solo. Na visão de CUNHA (2007) esse saber tipicamente local, que é transferido de geração para geração, pode ser nomeado de *laboratório de sobrevivência*⁶ onde a sua adaptação e sua permanência nesses locais demonstram a viabilidade de seu sistema produtivo.

Mesmo esses saberes locais, não foram respeitados pela gestão da FEEMA na APA Estadual de Macaé de Cima. O manejo agrícola próprio dos agricultores locais (utilizando a rotação de cultura, o pousio, as roçadas e as queimadas) foi considerado de forte impacto e desfavorecido na elaboração da lei de gestão da UC, que teve como principais fomentadores os turistas e os novos sítiantes levando a um conflito entre estes e a população tradicional, que foi intensificado pela exclusão das populações locais do processo de

⁶ O que importa marcar é que, independente da terminologia empregada para se referir ao conhecimento das sociedades tradicionais, tais formas de conhecimento constituem "produto de gerações e de reflexões inteligentes testadas no rigoroso laboratório da sobrevivência. Que elas tenham permanecido é a prova de sua força" (HUNN, 1993 apud CUNHA, 2007 p. 68).

implantação/gestão da Unidade de Conservação, bem como por sua legislação ir de encontro às práticas agrícolas historicamente desenvolvidas na região.

Em relação às atividades desenvolvidas pelas populações locais, em muitos casos, essas são os principais motivos responsáveis pela instituição de conflitos sócio-ambientais, pois normalmente as técnicas desenvolvidas por essas populações não são reconhecidas e acabam sendo “criminalizadas” frente aos órgãos ambientais (CÔRTE, 1997).

Além de não aceitarem a viabilidade dessas técnicas, os órgãos públicos adotam (quase sempre de forma imperativa) os saberes científicos, como sendo os únicos verdadeiros para a conservação ambiental.

DIEGUES (2004) aponta que:

Configura-se, nesse caso, o confronto de dois saberes: o *tradicional* e o *científico-moderno*. De um lado, está o saber acumulado das populações tradicionais sobre os ciclos naturais, a reprodução e a imigração da fauna, a influência da lua nas atividades de corte da madeira, da pesca, sobre os sistemas de manejo dos recursos naturais, as proibições do exercício de atividades em certas áreas ou períodos do ano, tendo em vista a conservação das espécies. De outro lado, está o conhecimento científico, oriundo das ciências exatas que não apenas desconhece, mas despreza o conhecimento tradicionalmente acumulado. DIEGUES (2004, p. 69)

A Lei 11.428/06 e em especial o decreto 6.660/08, que regula o uso e conservação dos remanescentes de vegetação nativa primária e vegetação nativa secundária nos estágios inicial, médio e avançado de regeneração, adotaram medidas de controle de supressão da vegetação em estágio inicial de regeneração da área submetida ao pousio que têm levado os agricultores a modificarem seu sistema de manejo ou quando não conseguem se adaptar às leis migram para as cidades, abandonando suas terras.

Devido às pressões exercidas pelos órgãos de gestão ambiental e a pela fiscalização rigorosa neste local, muitos agricultores se sentem obrigados a encurtar o tempo de pousio de suas áreas para poderem continuar plantando. Para isso, os agricultores passaram a adotar o sistema de agricultura convencional que provoca alterações no equilíbrio físico, químico e biológico do solo, aumentando a suscetibilidade das lavouras ao ataque de pragas e doenças, contaminação dos recursos naturais e dos alimentos. Tais danos ambientais reduzem a produtividade das lavouras e obriga os agricultores a entrarem em um ciclo vicioso de utilização cada vez maior de insumos perigosos ao meio ambiente que diminuem o potencial produtivo do solo, pelo

fato deste não ter tempo para se regenerar, e podem acarretar riscos à saúde da população.

De acordo com NATAL (2008, p. 122), “as atividades agrícolas tradicionais perdem, a cada ano, importância na composição da renda familiar, devido a problemas relativos à comercialização, ao alto preço dos insumos e ao decréscimo no preço dos produtos”.

De acordo com Rua (2002, p. 58):

A proibição pelo IBAMA de queimar terras, preservando a vegetação secundária em estágio inicial e médio, criou mais problemas aos agricultores. Por um lado diminuiu as áreas agricultáveis e aumentou, indiretamente, o preço da terra. Por outro lado, “empurrou” os agricultores para um padrão tecnológico mais moderno, contudo mais dependente de insumos comprados, o que encareceu a produção. Este maior custo da produção não encontrou correspondência nos preços de mercado que, proporcionalmente, estão, cada vez, mais baixos. Com isso, muitos pequenos agricultores simplesmente deixam essas atividades e se dirigem a outras atividades não-agrícolas.

Dentre as atividades não-agrícolas, destacamos as de turismo e o veraneio em desenvolvimento crescente na região que também geram conflitos entre a população tradicional, os novos moradores e os turistas que apresentam diferentes perspectivas sobre meio ambiente.

Observa-se assim, que as discussões sobre questões ambientais não são neutras e refletem, dentre outros aspectos, interesses de grupos sociais distintos, visões de mundo e paradigmas diferenciados, bem como conflitos entre valores, atitudes, percepções, conceitos e estratégias sociais (TUAN, 1980; MACHADO, 1996).

Os diferentes grupos sociais, como população locais, turistas de áreas urbanas, órgãos governamentais e não-governamentais possuem diferente percepção quanto à natureza e ao desenvolvimento sustentável, gerando conflitos de uso dos recursos naturais. De acordo com LEFF (2002), o discurso do desenvolvimento sustentável não é homogêneo. Pelo contrário, expressa estratégias conflitivas que respondem a visões e interesses diferenciados. Dessa forma, os turistas urbanos e os órgãos não-governamentais surgem com discurso ambientalista na tentativa de preservar áreas com riquezas naturais servindo como pressão aos órgãos governamentais para criação de Unidades de Conservação com ênfase em lazer, educação e pesquisa, criando,

juntamente com a criação dessas unidades, conflitos internos entre seus diferentes grupos sociais, uma vez que a história tem demonstrado que são frágeis os critérios para implantação deste tipo de espaço natural.

Dessa maneira, em Galdinópolis, assim como nos distritos de Nova Friburgo onde foram implantados o turismo rural, ocorre o que NATAL (2008, p. 130) observou em São Pedro da Serra, quando diz:

A atividade turística vai desarticulando a pequena agricultura familiar existente, na medida em que os espaços destinados a lavoura vão sendo substituídos pela construção de casas para aluguel, venda de lotes, construção de pousadas, condomínios e estabelecimentos para o turismo.

Resultados e discussões

A localidade de Galdinópolis, situada dentro da APA Estadual de Macaé de Cima, representa grande parte dos conflitos estabelecidos nas unidades de conservação do Brasil e, principalmente, do Rio de Janeiro. A unidade de conservação engloba os principais distritos turísticos e agrícolas de Nova Friburgo, tais como São Pedro da Serra e Lumiar.

A APA é uma categoria de unidades de conservação do grupo das unidades de uso sustentável; admite que sua área seja habitada e tem como objetivo básico proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. Respeitando-se os limites constitucionais, podem ser estabelecidas normas e restrições para a utilização de uma propriedade privada localizada dentro dela. Contudo, a criação desta unidade não respeitou o princípio da participação, a população tradicional residente e, tampouco, o tipo de manejo agrícola utilizado por esta, neste caso, o pousio.

É evidente que o discurso ambiental na área reforça um processo de urbanização perverso, que limita a comunidade tradicional que depende do recurso natural para desenvolver as suas atividades. Os órgãos governamentais atuam, no favorecimento da disseminação de um turismo rural que emprega muito pouco e limita as áreas para o uso rural. As pousadas e os hotéis são os mais favorecidos, pois a mata se recupera criando uma bela moldura verde, devidamente apropriada e transformada em mercadoria para os cidadãos contemplarem no final de semana. Uma urbanização “ecológica” e extremamente excludente.

Referências Bibliográficas

ACHER, B.; COOPER, C. Os Impactos Positivos e Negativos do Turismo. In: THEOBALD, W. F. (Org.). Turismo Global. São Paulo: SENAC, 2001. 510 p. p. 85-102.

AGENDA 21. *Documento Baseda Agenda 21 Local de Nova Friburgo*. Nova Friburgo: ISER, 2008.

ALTIERI, M. Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. Porto Alegre: Universidade/UFRGS, 2000. 110 p.

CAVACO, C. Turismo Rural e Desenvolvimento Local. In: Rodrigues, Adyr Balastri (Org.). Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais. 2º Ed. São Paulo: Hucitec, 1999. 274 p.

CÔRTE, D. A. A. *Planejamento e Gestão de APAs*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, (1.: 1997: Curitiba). **Anais**. Curitiba: IAP: UNILIVRE: Rede Nacional Pro Unidade de Conservação, 1997 2v.

CORIOLOANO, L. N. M. T. Turismo: Prática social de apropriação e de dominação de territórios. LEMOS, A. I. G.; ARROYO, M.; SIVEIRA, M. L. (org.). *América Latina: cidade, campo e turismo*. 1º Ed. – Buenos Aires: Consejo Latino Americano de Ciências Sociales – CLACSO; São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006.

CUNHA, L. H. O. *Ordens e Desordens Socioambientais – saberes tradicionais em dinâmicas pesqueiras da costa paranaense*. Curitiba, 2007. Tese de doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná.

DIEGUES, A. C. Etnoconservação da natureza: enfoques alternativos. In: DIEGUES, A. C. (org.). *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. São Paulo: Hucitec/Nupaub-USP, 2000. p. 1-46.

DIEGUES, A. C. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: HUCITEC, 2004.

FREITAS, I. A. Novas Formas de Turismo no Rio de Janeiro: o Exemplo da Rodovia Teresópolis-Nova Friburgo. In: MARAFON, G. J.; RIBEIRO, M. F. (Org.) *Estudos de Geografia Fluminense*. Rio de Janeiro: Infobook, 2002.

GRIPP, J. O Ordenamento Territorial Ambiental de Nova Friburgo: A Agricultura e as Unidades de Conservação nas Áreas Rurais do Município. 65 p. Monografia (Pós-graduação em Geografia) - Coordenação Geral de Pós-Graduação - Faculdade Santa Dorotéia. Nova Friburgo, RJ. 2009.

HOEFFEL, J.L.; MACHADO, M. K.; FADINI, A. Múltiplos olhares, Usos conflitantes, Concepções Ambientais e Turismo na APA do Sistema Cantareira. *Olam, Rio Claro*, v. 7, n.1, p. 119-145, 2005.

- LEFF, E. Epistemologia Ambiental. São Paulo: Cortez, 2002. 240 p.
- MACHADO, L. M. C. P. Paisagem valorizada – A Serra do Mar como espaço e lugar. In: DEL RIO, V.; OLIVEIRA, L. Percepção ambiental: A experiência brasileira. São Paulo: Nobel, 1996. p. 97-119.
- NATAL, C. B. O turismo rural na região serrana Fluminense: um estudo de caso – São Pedro da Serra. In: MARAFON, G. J.; RIBEIRO, M. F. *Revisitando o território fluminense*. Rio de Janeiro: NEGEF, 2003. 252 p.
- NATAL, C. B. O mundo rural na vitrine: Paisagem serrana fluminense como objeto do consumo turístico. In: MARAFON, G. J.; RIBEIRO, M. F. (Org.). *Revisitando o território fluminense II*. Rio de Janeiro: Gramma, 2008.
- PETERSON, A. Environmental ethics and the social construction of nature. *Environmental Ethics*, Denton, V.21, n. 4, p.339-357, 1999.
- RODRIGUES, A. B. *Turismo Rural*. São Paulo: Contexto, 2001. 170 p.
- RODRIGUES, A. B. (Org). *Turismo Rural: Práticas e Perspectivas*. 2º Ed. São Paulo. Contexto, 2003. 170p.
- RUA, J. Urbanização em áreas rurais do Estado do Rio de Janeiro. In: *Estudo de Geografia Fluminense*. MARAFON, G. J. RIBEIRO, M. F. (Org.) Rio de Janeiro: Livraria e editora: Infobook Ltda, 2002.
- SILVA. J. G.; VALARINHO. C.; DALE, P.J. Turismo em Áreas Rurais: suas possibilidades e limitações no Brasil. In: ALMEIDA, J. A., FROEHLICH, J. M., RIEDL, M. *Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável*. Santa Maria: UFSM, 1998.200p. p.11-47.
- SOUZA, A. B. de; COSTA, L. F. de C. Agricultura Familiar em Unidades de conservação: um estudo de caso do Parque ecológico do Mendanha. In: MARAFON, G. J.; RIBEIRO, M. F. *Revisitando o território fluminense*. Rio de Janeiro: NEGEF, 2003. 252 p.
- TUAN, Y. Topofilia: Um estudo da percepção e calores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980. 288p.